

Ata de Reunião

Comitê de Tecnologia da Informação - CTI

Ata nº 06/2017

Data: 12/12/2017 – 13h

Local: 24º andar do Edifício Sede



**Tribunal Regional do Trabalho
da 2ª Região**

Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação



PRESENTES

Nome	Lotação
Desembargadora Cândida Alves Leão	
Juiz Carlos Abener de Oliveira Rodrigues Filho	
Hilda Maria Francisca de Paula	Vice-Presidência Administrativa
Carolina Carvalho de Toledo Murat	Vice-Presidência Administrativa
Marcio Nisi Gonçalves	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic)
Ricardo Alex Serra Viana	Coordenadoria Apoio ao Planejamento e à Governança de TIC (CAPGTIC/Setic)
Sarah Soares de Oliveira e Sousa	Seção de Sustentação das Estratégias de TIC (SSETIC/Setic)
Alexandre Yamaji Valença	Seção de Gestão de Processos de TIC (SGProcTIC/Setic)
Henri Joseph Abboud	Seção de Gestão de Processos de TIC (SGProcTIC/Setic)
Reginaldo Poças Belila	Seção de Gestão de Ativos de Microinformática (SGAM/Setic)

PAUTA PREVISTA

ID	Tópico
1.	Revisão do PDTIC 2016-2018/Diretrizes
2.	Apresentação dos Processos de Trabalho do Plano de Contratações de TIC
3.	Propostas de indicadores para o Processo de Gestão de Ativos de TIC
4.	Reavaliação de Acordos de Nível de Serviço - ANSs
5.	Posicionamento sobre os andamentos das contratações e realocação de recursos orçamentários
6.	Assinatura das Atas de Reuniões

9



ASSUNTOS DISCUTIDOS

A Desembargadora Cândida deu início à reunião passando a palavra em seguida a Marcio Nisi. Foi solicitado que a ordem da pauta fosse alterada devido à necessidade de Marcio Nisi se ausentar por volta das 15h, caso a reunião ainda esteja em andamento. O Comitê concordou com o pedido.

5. Posicionamento sobre os andamentos das contratações e realocação de recursos orçamentários

Marcio Nisi informou que há um orçamento a ser realocado para algumas demandas de TIC que deve ser submetido à aprovação do Comitê. Sugeriu como primeira demanda o Pje 2.0, pontuou que é necessário investir em servidores novos e softwares e hardware de virtualização, e que outros tribunais também estão realizando a migração do ambiente antigo Pje para o novo. O parecer técnico diz que é necessário adquirir novas máquinas para não impactar a performance do ambiente atual, e a ideia é que o Pje 2.0 comece a ser usado no início de 2018.

Como há disponibilidade orçamentária no exercício de 2017, Marcio sugeriu ao Comitê a aquisição imediata da demanda apresentada.

O Juiz Carlos Abener questionou sobre os testes no ambiente Pje 2.0 e o Comitê do PJe. Marcio Nisi explicou que o Conselho estabelece um prazo para homologação nos regionais antes de enviar a versão de produção com os problemas corrigidos.

O Comitê aprovou a realocação dos recursos orçamentários para a infraestrutura tecnológica do Pje 2.0.

Marcio Nisi sugeriu outra demanda para a qual a SETIC tem recursos orçamentários disponíveis. É necessário adquirir equipamentos em substituição aos que perderam a garantia (notebooks para magistrados, plenário, salas de sessão e área administrativa).

A Desembargadora Cândida reforçou a importância dos equipamentos estarem em garantia.

O Comitê aprovou a compra dos novos notebooks para magistrados, plenário, salas de sessão e áreas administrativas.

A Desembargadora Cândida sugeriu que no futuro seja resgatada a discussão da compra de notebooks para assistentes de juízes titulares. Marcio Nisi pontuou que podem ser utilizados os equipamentos da reserva técnica ou realizada nova aquisição. A Desembargadora Cândida solicitou que na próxima reunião seja apresentado um estudo sobre o impacto de uma nova aquisição e também do reaproveitamento de máquinas HP.

1. Revisão do PDTIC 2016-2018/Diretrizes

Ricardo Viana explicou as pendências da última reunião em relação ao PDTIC, reforçando a questão de discriminar o orçamento de TIC no PDTIC e como isso é tratado em outros TRTs.

Sarah explicou que a maioria dos TRTs apresenta as tabelas orçamentárias dentro do próprio documento. Viana ponderou que o orçamento é muito dinâmico e tratá-lo dentro do PDTIC pode requerer constantes validações e aprovações com o CTI. Explicou que, como ocorreu no PDTI 2012-

2014, pode ser referenciado dentro do PDTIC um link para uma página com o detalhamento do orçamento de TIC. A Desembargadora Cândida questionou e Ricardo Viana lembrou os motivos pelos quais esse modelo não foi mantido, apresentando o modelo de 2014 no site do Tribunal.

A Desembargadora Cândida e o Juiz Abener concordaram em manter no documento do PDTIC um link para a planilha orçamentária, desde que sejam definidas as revisões da planilha.

Marcio Nisi sugeriu que na planilha de investimentos seja mantido um histórico detalhando as versões anteriores, a cada atualização.

Ricardo Viana apresentou a planilha prevista para 2018 e explicou os itens que a tornam tão dinâmica, como cortes orçamentários e remanejamento de recursos.

Marcio Nisi sugeriu como pauta da 1ª reunião do CTI de 2018 uma validação item a item, da planilha orçamentária, e somente após essa validação realizar a publicação vinculada ao PDTIC.

Ricardo Viana pontuou que esta revisão do PDTIC pode ser publicada com o orçamento de 2017, os dois projetos de 2017 aprovados na reunião anterior e a revisão das Diretrizes. Marcio Nisi lembrou que como o PDTIC é válido desde 2016, o correto seria detalhar uma planilha com os investimentos também de 2016. Sendo assim, o ideal seria um link para o detalhamento orçamentário, sem especificar o ano no documento, e manter uma página na internet com a discriminação dos investimentos por ano.

O Comitê aprovou a proposta do link para a página com as planilhas, desde que esta seja mantida sempre atualizada, conforme as revisões aprovadas pelo CTI.

Sobre a revisão das diretrizes, o Juiz Carlos Abener sugeriu a inclusão de um item que trate os treinamentos de usuários em novos sistemas. Marcio Nisi explicou as dificuldades em relação à agenda de cursos e prazos da Escola Judicial, principalmente em cursos presenciais. Ricardo Viana exemplificou que em alguns casos, por exemplo, não havia disponibilidades de salas e a Presidência optou por disponibilização de material/manual online.

O Comitê decidiu acrescentar ao item 10 das Diretrizes: "..., bem como demandar e apoiar a escola judicial na realização de atividades de capacitação específicas para os usuários".

Marcio Nisi comentou o item 11 das Diretrizes, e o Juiz Carlos Abener sugeriu trocar as palavras "impulsionar" por "adequar" e "ampliar" por "viabilizar". Sugeriu também incluir uma nova Diretriz específica: Diretriz 13 - "Priorizar a alocação de recursos e equipamentos de forma a garantir o melhor funcionamento e performance dos sistemas estratégicos".

A revisão do PDTIC com as alterações sugeridas pelo Comitê será enviada por e-mail para validação e posterior publicação.

4. Reavaliação de Acordos de Nível de Serviço - ANSs

Marcio Nisi apresentou a revisão dos documentos de ANS dos 4 serviços que já haviam sido assinados, (Armazenamento de arquivos em rede, Internet, E-mail, TRT Mail), explicando que o Comitê é o representante do negócio e destacando que o novo modelo permite a apuração do atendimento no 3º nível. Ricardo Viana explicou que no modelo antigo não havia uma métrica bem estabelecida para medir a satisfação do usuário.

O Juiz Carlos Abener comentou sobre o limite de anexos de 20MB recebidos no e-mail institucional, dado que a maioria dos processos possui tamanho maior. Ricardo Viana e Marcio Nisi explicaram que o e-mail será migrado, e seria interessante ter alguém da CITIC para comentar sobre questões técnicas de padrões de e-mail, como tamanho de anexos, quantidade de destinatários etc. Ricardo Viana

aj

comentou que o contrato pode ser trazido na próxima reunião para debater uma adequação nos tamanhos dos anexos recebidos, dentro do limite contratado.

O Comitê analisará os documentos e o assunto será tratado na próxima reunião, para discussão e assinatura.

3. Propostas de indicadores para o Processo de Gestão de Ativos de TIC

Alexandre Yamaji apresentou a proposta dos indicadores para o Processo de Gestão de Ativos de TIC, explicando que foram selecionados em função da importância para o processo, facilidade de medir e nível de maturidade da TIC.

O Comitê concordou com a proposta dos indicadores.

2. Apresentação dos Processos de Trabalho do Plano de Contratações de TIC

Henri apresentou o resumo dos processos e as planilhas de apoio do processo. O Comitê solicitou que as planilhas sejam enviadas por e-mail.

Ricardo Viana sugeriu a análise dos documentos pelo Comitê para discussão na próxima reunião. O Comitê concordou com a sugestão.

Assuntos Gerais

Processo de Elaboração e Revisão do PETIC

Ricardo Viana entregou os documentos referentes ao processo de elaboração e revisão do PETIC e relatou que foram apresentados e aprovados pelo CSIC. Alexandre Yamaji apresentou o desenho do processo do PETIC e Ricardo Viana explicou que a aprovação do PETIC é de responsabilidade do CPG, mas há uma validação pelo CTI e pelo CSIC devido às suas atuações na TIC. Ricardo Viana pontuou também a questão da nomenclatura recomendada pela Resolução Nº 211/CNJ (ENTIC-JUD) para o que atualmente é o CTI, que seria o equivalente ao Comitê de Governança de TIC.

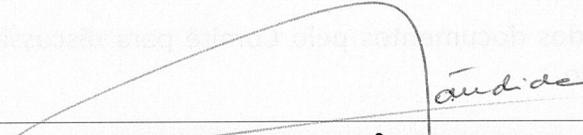
Adicionalmente, foi informado que, conforme recomendado na reunião anterior, o processo foi apresentado ao Comitê de Segurança da Informação e Comunicações (CSIC), o qual deliberou pela aprovação.

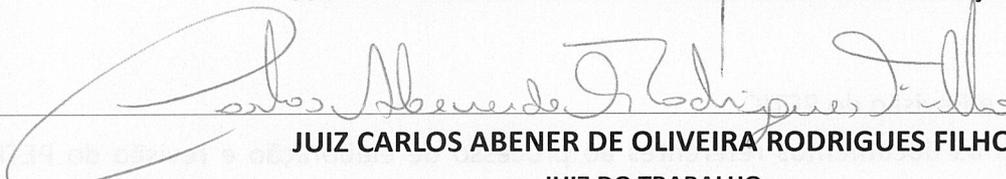
O Comitê aprovou o processo de elaboração e revisão do PETIC – desenhos, visão geral e gerenciamento.

A próxima reunião foi pré-agendada para 02/02/2018, às 13h.



Id	Pendências	Responsável	Prazo
1	Resgatar discussão da compra de notebooks para assistentes de juízes titulares – elaborar estudo com impacto de nova aquisição x reaproveitamento de máquinas HP	SETIC	Primeiro CTI de 2018
2	Pauta 2018 – Revisão item a item e validação orçamentária	SETIC	Primeiro CTI de 2018
3	Enviar revisão do PDTIC com sugestões sugeridas pelo CTI	SETIC	Primeiro CTI de 2018
4	Análise dos documentos de ANS	SETIC	Primeiro CTI de 2018
5	Contrato do novo serviço de e-mail	SETIC	Primeiro CTI de 2018
6	Encaminhar ao CTI por e-mail planilhas de apoio do processo de gestão do plano de contratações	SETIC	Primeiro CTI de 2018


DESEMBARGADORA CÂNDIDA ALVES LEÃO
 COORDENADORA DO COMITÊ DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO


JUIZ CARLOS ABENER DE OLIVEIRA RODRIGUES FILHO
 JUIZ DO TRABALHO